

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) AGENTE DE CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO DE  
OUVIDOR — ESTADO DE GOIÁS**

**Ref.: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2025**

Processo Administrativo nº 8019/2025

**AGR BOTELHO ENGENHARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.957.855/0001-69, neste ato representada por seu(sua) sócio(a)-administrador(a) / procurador(a) infrafirmado(a), vem, respeitosamente, com fulcro no art. 165, inciso I, alíneas "b" e "c", da Lei Federal nº 14.133/2021 e no item 11.1 do Edital de Licitação, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão que habilitou e classificou a licitante **LD ENGENHARIA E LOCAÇÕES LTDA** em primeiro lugar e da decisão que habilitou a **LCM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO S/A** e **PAVSANTOS CONSTRUTORA LTDA**, o que faz consoante as razões de fato e de direito expostas a seguir, pugnando para que Vossa Excelência reconsidere as decisões proferidas ou, caso assim não entenda, remeta o recurso à autoridade superior para, no mérito, ser provido.

**1 - DA TEMPESTIVIDADE, DO CABIMENTO E DO EFEITO SUSPENSIVO AUTOMÁTICO DO RECURSO.**

Nos termos do artigo 165, inciso I, alíneas "b" e "c" da Lei nº 14.133/2021 e do item 11.2 do Edital, é de **3 (três) dias úteis** o prazo para interposição de recurso em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação de licitante, iniciando-se da data de intimação ou de lavratura da ata, *in verbis*:

**Art. 165.** Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

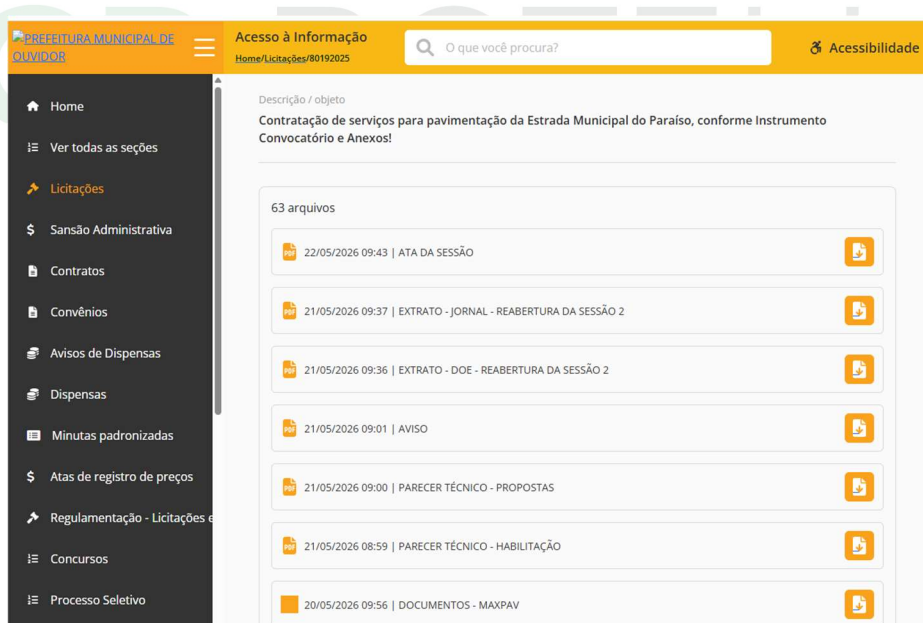
I - **recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis**, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação da licitante;

**11.2.** O recorrente terá, a partir de então, o prazo **3 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

No caso concreto, a Ata Final foi disponibilizada publicamente em **22 de maio de 2026 (sexta-feira)**, consoante andamento do sítio eletrônico da licitação:



## ENGENHARIA DE QUALIDADE!

Portanto, considerando o início da contagem do prazo recursal no dia 26 de maio de 2026 (segunda-feira), **é tempestivo o presente recurso.**

Ademais, nos termos do artigo 168<sup>1</sup> da Lei nº 14.133/21, **o recurso tem efeito suspensivo automático**, sendo obrigatório que se aguarde o seu processamento e apreciação antes de ser dada sequência ao procedimento licitatório.

### **2 – DAS RAZÕES RECURSAIS.**

#### **2.1 – DA DEVIDA DESCLASSIFICAÇÃO DA RECORRIDA LD ENGENHARIA E LOCAÇÕES LTDA EM RAZÃO DA MANIFESTA INEXEQUIBILIDADE DOS PREÇOS OFERTADOS E DOS VÍCIOS INSANÁVEIS DE SUA PROPOSTA.**

A LD Engenharia e Locações LTDA, ora Recorrida, foi habilitada e classificada em primeiro lugar com proposta no valor global de R\$22.446.550,00 (vinte e dois milhões e quatrocentos e quarenta e seis mil e quinhentos e cinquenta reais), correspondente a **29,07% (vinte e nove vírgula sete por cento)** de desconto sobre o valor referencial total de R\$ 31.644.796,00 (trinta e um milhões e seiscentos e quarenta e quatro mil e setecentos e noventa e seis reais).

Entretanto, conforme será demonstrado adiante, **além de vícios insanáveis, a proposta da Recorrida incorre em MANIFESTA INEXEQUIBILIDADE**, tanto diante do desconto global ofertado quanto em face do **custo de aquisição e transporte apresentados pela empresa para insumos relevantes da contratação.**

<sup>1</sup> Art. 168. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo único. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

#### **2.1.1 – DA MANIFESTA INEXEQUIBILIDADE DOS PREÇOS OFERTADOS PELA LD ENGENHARIA E LOCAÇÕES LTDA.**

A partir da análise da planilha da proposta da Recorrida, reproduzida no próprio “Parecer Técnico de Propostas”, verifica-se que a LD Engenharia e Locações LTDA apresentou **DESCONTOS IRREAIS** sobre os custos de aquisição e transporte de itens relevantes da contratação, ***sem qualquer comprovação mínima de exequibilidade.***

Para a aquisição da “Emulsão Asfáltica para Serviços de Imprimação (CM-30)”, a Recorrida apresentou preço unitário de R\$ 5.036,57/t, correspondendo a **37% de desconto** sobre o orçamento referencial, senão vejamos:

**COMPARATIVO DE PREÇOS REFERENCIAIS X PREÇOS DA RECORRIDA**  
**(Emulsão Asfáltica para Serviços de Imprimação - CM-30)**

5.0	FONTES	CÓDIGO	INSUMOS	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT (COM BDI)	VALOR TOTAL (R\$)	ANOTAÇÃO
5.1	ANP	-	EMULSÃO ASFÁLTICA PARA SERVIÇO DE IMPRIMAÇÃO (CM-30)	T	141,230	R\$ 5.036,57	R\$ 711.314,29	DESCONTO DE 37,00%
5.2	ANP	-	EMULSÕES ASFÁLTICA RR-2C	T	80,590	R\$ 4.439,81	R\$ 357.804,13	DESCONTO DE 10,00%
5.3	ANP	-	CIMENTO ASFÁLTICO CAP 50/70	T	428,520	R\$ 5.641,27	R\$ 2.417.397,45	DESCONTO DE 5,00%

Todavia, como se sabe, o custo do referido material está diretamente atrelado à política de preços da Petrobrás que comercializa os insumos por intermédio das distribuidoras e não diretamente aos prestadores de serviço de pavimentação. Assim, apenas as distribuidoras conseguem negociar sua margem de lucro, que, por sua vez, servirá de parâmetro para a divulgação e acompanhamento dos produtos asfálticos necessários às obras de infraestrutura pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível -ANP.

Noutras palavras, o custo de aquisição da emulsão é **nacionalmente tabelado pela Agência Nacional de Petróleo - ANP e, consequentemente, os fornecedores não possuem uma margem ilimitada para fixar o preço de comercialização.**, sendo certo que o valor apresentado pela Recorrida se situa abaixo do próprio preço de refinaria sem ICMS e sem frete:



CUSTO DE AQUISIÇÃO DA EMULSÃO ASFÁLTICA PARA SERVIÇOS DE IMPRIMAÇÃO (CM-30) PARA PAGAMENTO À VISTA, SEM FRETE E SEM INCIDÊNCIA DE ICMS – DIVULGAÇÃO DA ANP	CUSTO DE AQUISIÇÃO APRESENTADO PELA RECORRIDA
R\$ 7.994,55	R\$ 5.036,57/t

Neste ponto, insta registrar que a Lei nº 14.133/2021 estabelece rito próprio e expresso a fim de garantir a vantajosidade, economicidade e segurança jurídica da contratação, bem como para evitar contratações com preços manifestamente inexequíveis. Para isso, o ato normativo regulamenta a análise da exequibilidade das propostas, **IMPONDO a desclassificação daquelas que apresentarem preços manifestadamente inexequíveis ou que não tiverem sua exequibilidade demonstrada.** É ler:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, **inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;**

III - evitar contratações com sobrepreço ou **com preços manifestamente inexequíveis** e superfaturamento na execução dos contratos;

Art. 59. **Serão desclassificadas as propostas que:**

- I - contiverem vícios insanáveis;
- II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III - apresentarem preços inexecutáveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

Dada a regulamentação legal expressa, é de ver que **a análise da proposta dos licitantes perpassa por um procedimento complexo e detalhado**, por meio do qual seja aferida a **comprovação robusta da exequibilidade dos descontos**, seguida de uma análise crítica e do contraponto entre o valor proposto, a realidade do mercado e o atendimento das exigências contidas no instrumento convocatório.

Neste sentido, uma mera cotação isolada e desprovida, inclusive, da assinatura do representante do fornecedor conforme apresentado pela Recorrida, **não é suficiente para comprovar a viabilidade do desconto ofertado sobre o custo de aquisição da emulsão, tampouco para atender o imperativo legal de comprovação concreta da exequibilidade dos preços.**

Ademais, *sem apresentar qualquer justificativa técnica concreta ou plausível*, **a Recorrida apresentou desconto de 46,95% em relação aos itens 1.11 e 2.4 de sua proposta** (transporte de material de jazida e transporte de cascalho). Entretanto, à toda vista, os preços ofertados pela LD Engenharia e Locações LTDA **sequer são suficientes para cobrir os custos mínimos inerentes à operação de transporte**, tais como manutenção do veículo, depreciação, remuneração do motorista e demais encargos operacionais na forma regulamentada pela Portaria nº 1.078/2015 – DNIT<sup>2</sup>:

<sup>1</sup> Art. 5º **Os custos de referência para o transporte dos produtos asfálticos serão calculados a partir das novas equações tarifárias**, apresentadas na tabela abaixo e definidas em função da natureza do transporte, das condições do pavimento e das distâncias de transporte envolvidas.

§ 1º **As novas equações tarifárias têm como referência o mês-base de Julho de 2014 e incluem todos os custos diretos envolvidos com o transporte de produtos asfálticos**, excetuando-se ICMS, BDI diferenciado de 17,69% (Dezessete vírgula sessenta e nove por cento), conforme preconizado no Memorando Circular nº 02/2012-DIREX, e eventuais despesas

PLANILHA DE ORÇAMENTO (PROPOSTA)								
1.0	FONTE	CÓDIGO	TERRAPLENAGEM	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT (COM BDI)	VALOR TOTAL (R\$)	ANOTAÇÃO
1.11	GOINFRA	40320	TRANSPORTE DE MATERIAL DE JAZIDA	m³ x Km	432.425,23	R\$ 1,74	R\$ 752.419,90	DESCONTO DE 46,95%

2.0	FONTE	CÓDIGO	PAVIMENTAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT (COM BDI)	VALOR TOTAL (R\$)	ANOTAÇÃO
2.4	GOINFRA	40320	TRANSPORTE DE MATERIAL DE JAZIDA (CASALHO)	m³ x Km	2.329.687,43	R\$ 1,74	R\$ 4.053.656,13	DESCONTO DE 46,95%

Destaca-se que, sendo os itens absolutamente relevantes no preço global, **A LICITANTE DEVERIA TER DEMONSTRADO, AINDA QUE MINIMAMENTE, A EXEQUIBILIDADE DO VALOR UNITÁRIO, ÔNUS DO QUAL NÃO SE DESINCUMBIU.**

O mesmo se diga do **desconto de 48%** ofertado pela Recorrida para o item “argila ou barro para aterro/reaterro”, **sem qualquer cotação ou comprovação do preço:**

PLANILHA DE ORÇAMENTO (PROPOSTA)								
1.0	FONTE	CÓDIGO	TERRAPLENAGEM	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT (COM BDI)	VALOR TOTAL (R\$)	ANOTAÇÃO
1.9	SINAPI	6077	ARGILA OU BARRO PARA ATERRO/REATERRO (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	m³	30.029,53	R\$ 23,36	R\$ 701.489,82	DESCONTO DE 48,00%

Neste ponto, **cumpra rechaçar, por completo, as alegações constantes no Parecer Técnico de Propostas**, que, ao analisar os preços ofertados pela Recorrida consignou que “*devido ao desconto global de 29,07% pode se exigir uma justificativa de exequibilidade da empresa, porém não está previsto no edital CE 02/2025*” e que “*não foram encontradas evidências de inexecução ou de descumprimento de regras da Concorrência Eletrônica nº 02/2025*”.

Em ***primeiro lugar***, ao contrário do que foi afirmado no Parecer, ***o Edital de Licitação prevê, sim, clara e expressamente***, tanto a possibilidade de abertura de diligências em caso de indícios de inexecução da proposta de preço, **quanto a imediata desclassificação da licitante que apresente preço manifestamente inexecutível**:

8.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexecutível.

8.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.7. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

Em ***segundo lugar***, de uma simples leitura dos percentuais de desconto apresentados pela LD Engenharia e Locações LTDA, no importe de **37%, 46,95%, e 48%** já se evidencia a **INEXEQUIBILIDADE OBJETIVA, CONCRETA E EXPRESSA** da proposta da Recorrida, na forma do artigo 59, §§3º e 4º, da Lei nº 14.133/2021:

Art. 59. **Serão desclassificadas as propostas que:**

(...)

§ 3º No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, **serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes**, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

(...)



§ 4º No caso de obras e serviços de engenharia, **serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.**

Assim, a simples e inevitável constatação de que os descontos propostos pela Recorrida ultrapassam o percentual de 75% previsto no §4º da disposição normativa já seria suficiente para evidenciar, sim, a **manifesta inexecuibilidade dos preços ofertados, e determinar a DESCLASSIFICAÇÃO IMEDIATA da licitante conforme prevê o inciso III do artigo 59:**

Art. 59. **Serão desclassificadas as propostas que:**

(...)

**III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;**

Com efeito, ***sendo apresentados preços manifestadamente inexequíveis como no presente caso***, a convocação da licitante para comprovar a exequibilidade constitui ***mera prerrogativa ou faculdade da Administração e não poder-dever***, notadamente porque a obrigação de apresentar preços minimamente razoáveis e compatíveis com os valores estimados da licitação recai, ***única e exclusivamente***, sobre o próprio licitante interessado em contratar com o Poder Público.

Neste sentido, defende a doutrina especializada, bem como o **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, que legitima a imediata desclassificação da licitante em caso de apresentação de preços claramente simbólicos ou irrisórios:**

***O inc. III destina-se a evitar que a Administração seja constrangida a promover, em todos os casos, diligências para apurar a questão da inexecuibilidade – interpretação que poderia ser adotada caso não existissem dois dispositivos distintos disciplinando a matéria. Se a proposta for destituída de requisitos mínimos de aceitabilidade relativamente à exequibilidade, será aplicável o inc. III do art. 59 (JUSTEN FILHO, Marçal, Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas. São Paulo: R. Tribuna, 2021, P. 746)***

**ACÓRDÃO 1620/2018 – PLENÁRIO – TCU**

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 45 e 49 da Lei 8.443/92, 113, § 1º, da Lei 8.666/93, e nos arts. 235, 237, inciso VII, 250 e 251 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. assinar prazo de quinze dias ao Serviço Federal de Processamento de Dados para que adote as seguintes providências:

9.2.1. tornar sem efeito as exclusões dos lances apresentados pela empresa Compwire Informática S.A. durante a fase aleatória do pregão, ocorridas às 11:20:30, 11:21:16 e 11:33:03, relativas respectivamente aos lances apresentados nos seguintes horários: 11:18:33.830, 11:20:31.287 e 11:21:16.623;

9.2.2. caso a empresa não honre a proposta, proceder à anulação do PE SRP 1.609/2017;

9.3. determinar ao Serviço Federal de Processamento de Dados que:

9.3.1. não permita a adesão de outros órgãos ou entidades à ata de registro de preços originada do Pregão Eletrônico 1.609/2017;

9.3.2. não contrate os serviços relativos aos itens 2 e 3 em quantidades acima das previstas no edital do Pregão Eletrônico 1.609/2017;

9.4. dar ciência ao Serviço Federal de Processamento de Dados de que:

9.4.1. a ausência de critérios para analisar-se a inexecutabilidade dos preços das propostas, conforme verificado no edital do PE SRP 1.609/2017, afronta o art. 48, II, da Lei 8.666/1993, bem como o art. 56, § 4º, da Lei 13.303/2016;

9.4.2. **a exclusão de lances considerados inexequíveis deve ser feita apenas em situações extremas, nas quais se veja diante de preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero;**

9.4.3. a ausência de motivação para prever-se no edital a possibilidade de adesão tardia à ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes da licitação contraria a jurisprudência desta Corte;

9.4.4. a estimativa de preços obtida a partir de consulta restrita a potenciais fornecedores, sem se levar em consideração outras fontes como parâmetro, afronta a jurisprudência desta Corte;

9.5. dar ciência deste acórdão ao Serviço Federal de Processamento de Dados, à representante e à empresa Compwire Informática S.A.;

9.6. arquivar o presente processo.

#### **ACÓRDÃO 2068/2011-TCU-PLENÁRIO**

*REPRESENTAÇÕES FORMULADAS POR LICITANTES. CONHECIMENTO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA CONTRAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FIXAÇÃO DE PREÇO MÍNIMO COMO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS. VEDAÇÃO LEGAL EXPRESSA. PRESUNÇÃO RELATIVA DE INEXEQUIBILIDADE. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA COMPATIBILIDADE DOS CUSTOS DO LICITANTE COM OS CUSTOS DE MERCADO. EXIGÊNCIA DE DESCONTO LINEAR SOBRE TODOS OS ITENS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. NULIDADE DO CERTAME. DETERMINAÇÕES. CIÊNCIA AOS INTERESSADOS. ARQUIVAMENTO. 1. Em licitação para contratação de serviços comuns, a Lei de Licitações (art. 40, inciso X) veda a fixação de preços mínimos como critério de aceitabilidade das propostas. 2. O valor mínimo de 70% - ou desconto máximo de 30% - sobre a média de preços das propostas na licitação -, previsto no art. 29, § 5º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008, consiste em parâmetro objetivo abaixo do qual se presume inexequível o preço ofertado pelo licitante, até prova em contrário. 3.*



**Exceto em situações extremas nas quais se veja diante de preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, a teor do § 3º do art. 44, a norma não outorga à Administração poder para desclassificar proposta sem que esteja demonstrada, no procedimento licitatório, a incompatibilidade entre os custos dos insumos do proponente e os custos de mercado, bem como entre os seus coeficientes de produtividade e os necessários à execução do objeto. 4. Caso o edital conceda meios para que o proponente demonstre a viabilidade de seus preços, em atenção ao art. 48, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, exigindo-lhe, v.g., a apresentação de composições de custo unitário ou facultando-lhe a juntada de cotações de fornecedores, a Administração terá à sua disposição instrumentos objetivos de aferição da exequibilidade da proposta. De outro lado, caso o instrumento convocatório não imponha a abertura de custos como requisito de aceitabilidade da proposta, deverá conferir ao licitante oportunidade de comprovar que os seus custos suportam os preços por ele ofertados, o que não impede, paralelamente, a adoção das medidas previstas no § 3º do art. 29 da IN/SLTI nº 2/2008.**

No caso concreto, é evidente a **ABSURDA DISCREPÂNCIA** entre os preços ofertados pela Recorrida e os custos referenciais de aquisição e transporte dos materiais, **demonstrando, indene de dúvidas, que o valor proposto é irrisório e, portanto, manifestadamente inexecuível, atraindo, ao caso, a determinação de imediata desclassificação da licitante, independentemente, inclusive, de qualquer diligência prévia.**

Destaca-se, ainda, que a análise da vantajosidade dos preços deve ser, necessariamente, realizada em conjunto com o exame da compatibilidade entre a proposta e os critérios de exequibilidade previstos no instrumento convocatório, afinal, o preço somente será **efetivamente** vantajoso se for suficiente para a cobertura das despesas diretas e indiretas da contratação, **sob pena de comprometimento da própria execução do futuro contrato:**

(...) Não se confundem as ideias de preço vantajoso e de preço inexecuível. O preço vantajoso é o preço reduzido, mas suficiente para a cobertura das despesas diretas e indiretas relativas à contratação. O preço inexecuível é aquele insuficiente para remunerar os custos



*incorridos para a execução da prestação.<sup>3</sup>*

Além disso, embora a licitante possua autonomia para elaborar sua proposta, inclusive no que se refere à fixação de sua margem de lucro, **a obtenção de preços distintos daqueles adotados como parâmetro**, ainda que por estratégia comercial da empresa, obviamente não afasta a **necessária comprovação de que os valores propostos são efetivamente suficientes, factíveis e minimamente compatíveis com os preços de mercado.**

No caso concreto, **ainda que a Recorrida tenha apresentado o menor valor, não se desincumbiu do ônus de comprovar a exequibilidade de sua proposta e sua conformidade com as regras fixadas no Edital,** seja mediante justificativa técnica ou indicação de estratégia comercial e situações peculiares de mercado que lhe permitiria se vincular à proposta.

Em casos tais, **é de rigor a desclassificação da proposta** sobretudo a fim de evitar prejuízo à Administração:

**“Admitir generalizadamente a validade de propostas de valor insuficiente pode significar um incentivo a práticas reprováveis. O licitante vencedor procurará alternativas para obter resultado econômico satisfatório. Isso envolverá a redução da qualidade da prestação, a ausência de pagamento dos tributos e encargos devidos, a formulação de pleitos perante a Administração e assim por diante. Usualmente, a contratação avançada por valor insuficiente acarretará a elevação dos custos administrativos de gerenciamento do contrato. Caberá manter grande vigilância quanto à qualidade e perfeição do objeto executado e litígios contínuos com o particular, sempre interessado em obter uma solução que propicie a reestruturação da contratação. Logo, as vantagens obtidas pela Administração poderão ser meramente aparentes. No final, a Administração obterá ou um objeto de qualidade inferior ou se deparará com problemas muito sérios no tocante à execução do contrato.”<sup>4</sup>**

<sup>3</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Públicas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

*Se a proposta for inexecutável, sem condições de ser executada, a rigor, em vez de vantagem, impõe-se à Administração prejuízo, amarga desvantagem. As consequências que advêm da admissão de propostas inexecutáveis são desastrosas para a Administração, variando desde serviços mal feitos, obras com problemas estruturais e objetos imprestáveis, que implicam rescisão de contratos, reparações e novos procedimentos licitatórios. (NIEBUHR, Joel de Menezes. Pregão Presencial e Eletrônico. 3ª Ed. Curitiba: Zênite, 2005. p. 195).*

Portanto, dada a ***manifesta incompatibilidade*** entre a proposta da **LD Engenharia e Locações LTDA**, os parâmetros de mercado e os preços referenciais da licitação, bem como diante da ausência de provas mínimas, concretas e suficientemente aptas a atestar a exequibilidade dos descontos ofertados pela Recorrida, **requer-se sua imediata desclassificação na forma do artigo 59, inciso III, e §§3º e 4º da Lei nº 14.133/2021.**

## **2.2 – DA EXISTÊNCIA DE VÍCIOS INSANÁVEIS NA PROPOSTA DA LD ENGENHARIA E LOCAÇÕES LTDA.**

Não bastasse a manifesta inexecutabilidade dos preços ofertados, verifica-se que a proposta da Recorrida apresenta **VÍCIOS INSANÁVEIS**, ***impondo sua desclassificação na forma do artigo 59, inciso I, da Lei nº 14.133/2021:***

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

Isto porque, conforme item 6.3 do Edital da Licitação, a proposta do licitante deve conter especificação clara e sucinta do objeto a ser licitado, indicando as composições discriminadas que justifiquem o valor global final apresentado, **SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO:**

6.3. Além do preenchimento dos campos do sistema, a licitante deverá encaminhar, CONFORME MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II, via sistema, a propostas de preços contendo as seguintes informações e documentos básicos, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO:

(...)

6.3.3. Conter especificação clara e sucinta do objeto a ser ofertado, indicando as composições discriminadas de todo o orçamento, conforme arquivos editáveis disponíveis no site e na plataforma – mão de obra/materiais/BDI/cronograma etc, valores cotados em moeda corrente nacional de forma unitária com aproximação de no máximo 02 (duas) casas decimais em algarismo e o valor total global em algarismo e por extenso.

(...)

6.3.3.1. Após a finalização da fase de lances, a licitante vencedora deverá apresentar a proposta readequada ao valor final ofertado, proposta deverá ser encaminhada conforme prazo determinado pelo Pregoeiro em sessão, assim como as composições que justifiquem o valor global final apresentado.

Entretanto, as composições apresentadas pela Recorrida não atendem aos critérios objetivos previstos no instrumento convocatório, padecendo de falhas graves e de insuficiência de informações relevantes.

Primeiro, porque ao apresentar os custos referentes à Administração Local a Recorrida se limitou a apontar o desconto global incidente sobre a despesa, sem, contudo, especificar os descontos de cada qual das composições. Não houve, portanto, nenhuma discriminação ou justificativa do valor global final da CPU:



**LD - Engenharia e Locações Ltda - ME**

CNPJ: 11.087.767/0001-16  
Insc. Est. 10.453.824-4

Proprietário: Prefeitura Municipal de Ouvidor-GO

Obra: Terraplenagem, Pavimentação Asfáltica, Drenagem Superficial e Drenagem Profunda da Estrada do Paraíso

Endereço: Estrada Municipal do Paraíso, Ouvidor-GO

ADMINISTRAÇÃO LOCAL				
DESCRIÇÃO	UNIDADE	CUSTO UNITÁRIO		
			QUANTIDADE	CUSTO TOTAL
DIVISÃO ENGENHARIA				
ENGENHEIRO PRODUÇÃO/CIVIL	MÊS	R\$ 20.904,54	1,0	R\$ 20.904,54
TOPOGRAFO	MÊS	R\$ 6.001,19	1,0	R\$ 6.001,19
AUXILIAR TOPOGRAFIA	MÊS	R\$ 2.487,08	2,0	R\$ 4.974,16
LABORATORISTA DE SOLOS	MÊS	R\$ 6.001,19	1,0	R\$ 6.001,19
AUXILIAR DE LABORATORISTA	MÊS	R\$ 2.487,08	2,0	R\$ 4.974,16
INSTRUMENTAL DE TOPOGRAFIA	MÊS	R\$ 4.043,41	2,0	R\$ 8.086,82
			SUBTOTAL:	R\$ 50.942,06
DIVISÃO ADMINISTRATIVA				
VIGIA	MÊS	R\$ 2.552,23	4,00	R\$ 10.208,92
ALMOXARIFE / APONTADOR / COMPRADOR	MÊS	R\$ 6.254,12	2,00	R\$ 12.508,24
TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	MÊS	R\$ 5.457,02	1,00	R\$ 5.457,02
			SUBTOTAL:	R\$ 28.174,18
VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO				
VEÍCULOS LEVES (INCLUSO COMBUSTÍVEL)	MÊS	R\$ 3.209,96	2,00	R\$ 6.419,92
			TOTAL:	R\$ 6.419,92
CUSTO TOTAL (SEM BDI):				R\$ 85.536,16
DESCONTO (%):				30,00%
CUSTO TOTAL (SEM BDI):				R\$ 59.875,31

Av. Teotônio F. Graças, Qd. 07, Lt.06, Sala 07, Centro,  
São João D'Alcântara-GO (62) 99667-8064

WASZISLEY BARBOSA  
LIMA-88064590159  
WASZISLEY BARBOSA Lima  
Engenheiro Civil

Administração Local  
Página - 1

Segundo, porque, conforme quadro analítico exemplificativo abaixo, observa-se que repetidamente a Recorrida apresentou **PREÇOS DIFERENTES** para **OS MESMOS ITENS**, em clara hipótese de **FALTA DE CLAREZA E INCONGRUÊNCIA SUBSTANCIAL DA PROPOSTA**, senão vejamos:

**Mais de 10 valores diferentes para o mesmo insumo (SERVENTE) de MÃO DE OBRA**

SERVENTE				
Nº	CP	CÓDIGO DO INSUMO	VALOR UNITÁRIO DO INSUMO	ENCARGOS (%)
1	40101	20031	R\$ 20,50	196,33
2	40005	20031	R\$ 16,63	153,32
4	400336	20031	R\$ 16,49	157,97
5	40380	20031	R\$ 22,28	213,47
6	40602	20031	R\$ 22,06	213,34
7	41334	20031	R\$ 21,17	202,8
8	41334	20031	R\$ 18,34	181,45
9	45410	20031	R\$ 17,07	153,32
10	40310	20031	R\$ 20,05	192,12

**AGR BOTELHO ENGENHARIA LTDA**

CNPJ.: 10.957.855/0001-69

**Renato de Souza Botelho** – Sócio e Responsável Técnico – CREA-MG 16.2160/D

Av. Barão Homem de Melo, nº 4282, 2º andar – sala 01, Estoril, BH/MG CEP 30494-270

(31) 3058-1066 / (31) 99194-9002 / (31) 99194-6661

www.agrbotelho.com.br



**Mais de 9 valores diferentes para o mesmo insumo (ENCARREGADO) de MÃO DE OBRA**

ENCARREGADO					
Nº	CP	CÓDIGO DO INSUMO	VALOR INUTÁRIO DO INSUMO	ENCARGOS (%)	
1	40804	20002	R\$ 20,44	89,84	
2	40020	20002	R\$ 27,39	120,38	
3	40101	20002	R\$ 25,20	110,75	
4	40310	20002	R\$ 24,65	108,34	
5	40336	20002	R\$ 20,27	89,08	
6	40602	20002	R\$ 27,12	119,18	
7	41334	20002	R\$ 26,02	114,36	
9	41330	20002	R\$ 23,28	102,32	

**Mais de 3 valores diferentes para o mesmo insumo (PEDREIRO) de MÃO DE OBRA**

PEDREIRO					
Nº	CP	CÓDIGO DO INSUMO	VALOR INUTÁRIO DO INSUMO	ENCARGOS (%)	
1	41309	20017	R\$ 21,05	134,58	
2	41334	20017	R\$ 26,49	171,3	
3	41330	20017	R\$ 23,97	153,27	

**Mais de 2 valores diferentes para o mesmo insumo (AJUDANTE) de MÃO DE OBRA**

AJUDANTE					
Nº	CP	CÓDIGO DO INSUMO	VALOR INUTÁRIO DO INSUMO	ENCARGOS (%)	
1	41309	20003	R\$ 17,34	152,71	
2	40810	20003	R\$ 20,92	184,34	

**Mais de 2 valores diferentes para o mesmo insumo (GREDISTA) de MÃO DE OBRA**

GREDISTA					
Nº	CP	CÓDIGO DO INSUMO	VALOR INUTÁRIO DO INSUMO	ENCARGOS (%)	
1	40310	20013	R\$ 21,69	132,24	
2	40336	20013	R\$ 17,83	108,73	

**Mais de 05 valores diferentes para o mesmo insumo (CAMINHÃO BASCULANTE 10M3) de EQUIPAMENTO**

CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3 - 15 T					
Nº	CP	CÓDIGO DO INSUMO	VALOR INUTÁRIO DO INSUMO (CHP)	VALOR INUTÁRIO DO INSUMO (CHI)	
1	40006	30037	R\$ 211,83	58,5	
2	40016	30037	R\$ 233,87	64,59	
3	40320	30037	R\$ 166,08	45,87	
4	40460	30037	R\$ 237,69	62,21	
5	40455	30037	R\$ 203,68	56,25	

**Mais de 06 valores diferentes para o mesmo insumo (MOTONIVELADORA) de EQUIPAMENTO**

MOTONIVELADORA					
Nº	CP	CÓDIGO DO INSUMO	VALOR INUTÁRIO DO INSUMO (CHP)	VALOR INUTÁRIO DO INSUMO (CHI)	
1	40320	30046	R\$ 158,16	69,47	
2	40336	30046	R\$ 220,82	96,39	
3	44001	30046	R\$ 222,71	131,07	
4	40020	30046	R\$ 237,63	104,37	
5	40101	30046	R\$ 274,54	120,58	
6	40310	30046	R\$ 268,57	117,96	

**Mais de 4 valores diferentes para o mesmo insumo (CAMINHÃO TANQUE 10.000L) de EQUIPAMENTO**

CAMINHÃO TANQUE 10 MIL LITROS					
Nº	CP	CÓDIGO DO INSUMO	VALOR INUTÁRIO DO INSUMO (CHP)	VALOR INUTÁRIO DO INSUMO (CHI)	
1	40310	30040	R\$ 298,30	69,26	
2	40320	30040	R\$ 175,66	40,79	
3	40336	30040	R\$ 245,23	56,95	
4	40101	30040	R\$ 304,32	70,80	

E, terceiro, porque, muito embora o Parecer Técnico, ao analisar a proposta da LD Engenharia e Locações LTDA, tenha afirmado, em seu item 1.5, que *"todos os itens apresentam desconto uniforme ou proporcional, reforçando lisura da estratégia de precificação e ausência de jogo de planilha"*, tal afirmação é **factualmente contraditada** pelos próprios dados expostos na planilha que integra a manifestação técnica:

Item	Valor Total (R\$)	Desconto
CBUQ AC/BC (item 2.8) — pavimentação	1.787.993,91	-1,00%
Compactação 100% Proctor (item 1.12)	462.036,76	-8,09%
Sub-leito (item 2.1)	459.940,05	-9,83%
Sarjeta triangular concreto (item 3.9)	484.443,62	-10,00%

**AGR BOTELHO ENGENHARIA LTDA**

CNPJ.: 10.957.855/0001-69

**Renato de Souza Botelho** – Sócio e Responsável Técnico – CREA-MG 16.2160/D

Av. Barão Homem de Melo, nº 4282, 2º andar – sala 01, Estoril, BH/MG CEP 30494-270

(31) 3058-1066 / (31) 99194-9002 / (31) 99194-6661

www.agrbotelho.com.br

Transporte material jazida — argila (item 1.11)	752.419,90	-46,95%
Transporte material jazida — cascalho (item 2.4)	4.053.656,13	-46,95%
Argila/barro para aterro (item 1.9)	701.489,82	-48,00%
Emulsão CM-30 (item 5.1)	711.314,29	-37,00%

A **variação dos descontos entre 1% e 48%** — em uma única proposta — caracteriza o oposto de uniformidade e **torna evidente a ausência de discriminação clara e congruente dos custos e descontos unitários**. O CBUQ AC/BC, item central da pavimentação asfáltica, recebeu desconto simbólico de 1,00%, enquanto itens de medição futura mais elevada (transportes e materiais de jazida) foram comprimidos em quase 50%. Esse padrão, inclusive, é a **definição técnica de "jogo de planilha"**: itens de execução inicial e medição imediata recebem desconto reduzido (preservando caixa antecipado), enquanto itens de medição diferida ou contingente recebem cortes desproporcionais.

E nem se diga que **as inconsistências da proposta da Recorrida são meramente formais**. Pelo contrário, os vícios de sua proposta são **manifestadamente substanciais e INSANÁVEIS por violação aos critérios previstos no Edital de forma expressa e sem justifica plausível, inviabilizando a aferição da real composição dos custos apresentados pela empresa**.

**2.2 – DA DEVIDA INABILITAÇÃO DA RECORRIDA LCM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO S/A NA FORMA DO ARTIGO 64, §2º, DA LEI Nº 14.133/2021.**

## ENGENHARIA DE QUALIDADE!

A empresa LCM Construção e Comércio S/A, classificada em 2ª posição com lance de R\$ 22.673.392,83 (desconto de 28,35%), incorre na mesma presunção legal de inexecutabilidade do art. 59, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, por desconto superior a 25% sobre o valor estimado.

A diferença entre o lance da LCM e o da LD é de meros R\$ 226.842,83 (0,7%). Os argumentos técnico-jurídicos expostos neste recurso aplicam-se, mutatis mutandis, à proposta da LCM, exigindo idêntica diligência de exequibilidade — em especial quanto:

- (i) à composição de preços unitários dos insumos betuminosos contra os pisos ANP regulados;
- (ii) à compatibilidade dos itens de transporte de jazida com a metodologia DNIT;
- (iii) à coerência entre os descontos aplicados aos itens iniciais e aos de medição diferida.

Eventual aprovação da proposta da LCM sem submissão à mesma diligência exigida pelo art. 59, § 4º, configuraria dupla violação ao princípio da isonomia (art. 5º da Lei nº 14.133/2021): tratamento desigual entre licitantes em situação juridicamente idêntica.

### **2.3 – DA DEVIDA INABILITAÇÃO DA RECORRIDA PAVSANTOS CONSTRUTORA LTDA NA FORMA DO ARTIGO 64, §2º, DA LEI Nº 14.133/2021.**

Consoante andamento da licitação, a PAV Santos Construtora LTDA foi habilitada no certame, passando à fase de julgamento das propostas na forma do item 7.3 do Edital:

**7.3.** O sistema ordenará automaticamente as licitantes habilitadas, sendo que somente estas participarão das fases posteriores.



Neste sentido, verifica-se que a Recorrida apresentou declaração expressa de inexistência de fatos impeditivos para sua habilitação ou que invalidem a sua participação no presente certame. Na ocasião, assumiu, inclusive, a responsabilidade pelas informações prestadas, sob as penas da Lei:



**PAVSANTOS**  
CONSTRUTORA

Terezópolis de Goiás, 19 de fevereiro de 2026.

À MUNICÍPIO DE OUVIDOR

A/C da Comissão Permanente de Licitações.

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 002/2025

Objeto: Contratação de serviços para pavimentação da Estrada Municipal do Paraíso, conforme estabelecido neste Instrumento e nos documentos técnicos anexos.

**DECLARAÇÃO DIVERSAS**

A empresa **PAVSANTOS CONSTRUTORA LTDA**, situada na Rua Antônio Viana S/N, Km 1.1, Bairro Zona Rural, CEP: 75.195-000, em Terezópolis de Goiás – GO, inscrita no CNPJ/MF 03.575.041/0001-02, por intermédio de seu representante legal Sr. Cláudio Evangelista Dos Santos, inscrito no RG sob o n.º 4177207 e no CPF nº. 862.065.241-91, DECLARA:

sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, sob as penas da Lei, que não está impedida de participar de licitações promovidas pelo Município de Ouvidor, e nem foi declarada inidônea para licitar, inexistindo até a presente data fatos impeditivos para sua habilitação ou que invalide a sua participação no presente certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei e para fins do disposto inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de 16 (dezesesseis) anos;

sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que a proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente pelo Licitante e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;

sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que não possui dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do quadro técnico que sejam servidores da administração municipal direta ou indireta promotora deste certame.

CLAUDIO  
EVANGELISTA DOS  
SANTOS:86206524191

Assinado de forma digital  
por CLAUDIO  
EVANGELISTA DOS  
SANTOS:86206524191

Pavsantos - Cláudio Evangelista Dos Santos - Sócio/Administrador  
CPF: 862.065.241-91, RG:4177207 DGPCGO e Eng. Civil Crea 20561 D/GO

Ocorre que, a despeito da declaração da Recorrida, o ato administrativo em anexo, publicado pelo Município de Jataí/GO em **04 de agosto de 2025**, portanto, **ANTES DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DESTA LICITAÇÃO**, evidencia que a Pavsantos Construtora Ltda responde administrativamente, perante aquele Ente Público, pela inexecução parcial do Contrato nº 183/2024, **tendo sido, inclusive, determinada a abertura de processo sancionador em face da empresa.**

**AGR BOTELHO ENGENHARIA LTDA**  
CNPJ.: 10.957.855/0001-69

**Renato de Souza Botelho** – Sócio e Responsável Técnico – CREA-MG 16.2160/D

Av. Barão Homem de Melo, nº 4282, 2º andar – sala 01, Estoril, BH/MG CEP 30494-270

(31) 3058-1066 / (31) 99194-9002 / (31) 99194-6661

www.agrbotelho.com.br

#### IV - CONCLUSÃO

Ante todo exposto, com base no Artigo 137, inciso I e Artigo 138, inciso I, ambos da Lei nº 14.133/2021, **DECIDO** pela extinção unilateral do contrato nº 108/2024, celebrado com a PAVSANTOS CONSTRUTORA LTDA, inscrito no CNPJ nº 03.575.041/0001-02.

Ato contínuo determino:

- a) A publicação desta decisão e notificação da empresa para os efeitos do Artigo 165, inciso I, alínea "e" da Lei nº 14.133/2021.
- b) Após o prazo legal, a atualização do valor do contrato e cronograma físico financeiro dos serviços remanescentes para providências de convocação da próxima empresa classificada no presente certame, conforme Artigo 90, §7º da mesma lei de licitações.
- c) Abertura de processo sancionador (apartado) para apuração de conduta e supostos prejuízos ao erário, nos termos do Artigo 155 e seguintes da NLLC.

Publique-se. Intime-se.

Jataí/GO, 04 de agosto de 2025.

JOÃO GERALDO DE SOUZA BRAGA  
Gestor e Ordenador de Despesas - Decreto nº 01/2025

Consoante a decisão administrativa, ao longo da execução do contrato celebrado entre a ora Recorrida e o Município de Jataí/GO foi constatado que a contratada descumpriu os prazos previstos no cronograma físico-financeiro e abandonou a obra sob a justificativa de ausência de reajuste contratual e de desequilíbrio econômico-financeiro do instrumento:

No presente caso, a forma de execução do contrato esta devidamente registrada e prevista de forma clara, diante disso, o presente processo possui fatos incontestes que não foram solucionados pela defesa apresentada pela empresa.

Com base na análise técnica da gestora Andrea Macarini, que integra esta decisão, o relatório de fiscalização de 25/06/2025 constatou a desmobilização completa do canteiro de obras, usina de CBUQ, ausência de pessoal/equipamentos, sem comunicação formal à Administração.



A contratada sustenta que a paralisação se deu por ausência de pagamento do reequilíbrio financeiro (revisão) e de reajuste contratual. Contudo, o relatório técnico confirma que:

- O reequilíbrio foi protocolado somente em 21/02/2025 e aprovado em 22/05/2025.
- Em 23/05/2025, a empresa já havia desmobilizado do canteiro, contrariando o que alegou em sua defesa.
- A empresa não protocolou formalmente o pedido de reajuste contratual até o momento da análise.
- A empresa alegou manutenção preventiva como causa da ausência de equipamentos no local.
- Porém, o período de inatividade da obra entre dezembro/2024 e fevereiro/2025 foi suficientemente extenso para execução dessas manutenções, sem que o cronograma tenha sido retomado com normalidade após esse período.
- Houve frequente troca de engenheiros responsáveis, sendo que o mais longo atuou por apenas 30 dias.

• O próprio Sr. Cláudio Evangelista, que alega ser o único autorizado, assinou diários de obras, porém, (o próprio Sr. Cláudio Evangelista toma conhecimento e reconhece a necessidade de designação de preposto e, o faz, com a designação de engenheiros para atos posteriores/diários de obras), portanto, fica frágil a tese de nulidade das reuniões e notificações feitas à empresa por parte da Administração.

De tal modo que, com base no Contrato nº 183/2024, constata-se o descumprimento das seguintes cláusulas:

• Cláusula Décima Terceira, item 11.3

Itens 11.3.1, 11.3.2 e 11.3.3 exigem o cumprimento do cronograma, execução contínua dos serviços e disponibilidade de materiais, equipamentos e pessoal em campo.

A paralisação sem prévia comunicação configura violação direta dessas obrigações.

• Cláusula Décima Terceira, item 11.3.10

Exige que qualquer fato anormal seja comunicado formalmente à contratante. A empresa não formalizou qualquer justificativa antes da constatação do abandono pela fiscalização em 07/05/2025.

• Cláusula Sétima

A fiscalização da obra é prerrogativa da contratante. A resistência sem base legal da empresa em aceitar a autoridade dos fiscais, inclusive, ao alegar nulidade de notificações por não terem sido dirigidas ao sócio-diretor, viola o dever de colaboração e transparência contratual. *(regras contratuais, regras normativas e princípios, são fontes do Direito Administrativo, formando no direito contemporâneo o princípio da juridicidade, que é a necessidade de compatibilização de ato praticado ao conjunto de regras legais, portanto, devem ser respeitadas sob pena de concretizar ato ilegal).*

De tal modo, que não pode a empresa alegar que possui o direito a suspensão e abandono dos serviços do contrato celebrado, mesmo porque anuiu e nunca impugnou a sua constituição e celebração, sendo cristalino que a contratada concorre diretamente para circunstâncias de inexecução contratual e rescisão unilateral. *(o Direito Administrativo é movido por princípios e regras próprias, distintas das elencadas no Direito Civil, portanto, o comportamento/relação da contratada não é de pé de igualdade conforme disposto na relação civil, mas sim, de hierarquia sob o ângulo do interesse público, sopesando em maior peso na relação os interesses da Administração, logo, suspender ou abandonar a obra sem manifestação direcionada à municipalidade é ato claro de ilegalidade que viola o interesse público).*

Certa feita, a extinção do presente contrato, conforme já explanado somente consolidará uma situação fática já demonstrada, a contratada além de estar em atraso nos prazos previstos no cronograma físico financeiro, abandonou a obra e de acordo com a última resposta apresentada, alegou a suspensão de execução do contrato sob uma premissa ilegal, qual seja, de atraso de pagamentos, (nunca houve por parte da Administração atraso superior a 2 (dois) meses conforme prevê a lei e regras contratuais). Portanto, o abandono aconteceu anterior à fluência do prazo de (2) dois meses, assim, é prematuro e claro o erro de descumprimento contratual, logo, ilegal à luz das regras contratuais e legais.

Como parte direta no referido processo administrativo, a Pavsantos tinha pleno e inafastável conhecimento de sua existência e de seu conteúdo desde, no mínimo, a data de sua publicação oficial. É o que comprova o quadro analítico abaixo:

Evento	Data
Celebração do Contrato nº 183/2024 entre PAVSANTOS e Prefeitura Municipal de Jataí/GO	2024
Período de execução em Jataí marcado por rotatividade de 5 engenheiros responsáveis e paralisação dos serviços	2024 / 2025
<b>Publicação no DOM de Jataí (Edição nº 2.976, Suplementar) — reconhecimento de inexecução parcial do contrato administrativo e determinação de instauração de procedimento sancionador</b>	<b>04/08/2025</b>
<b>Assinatura da "DECLARAÇÃO DIVERSAS" para a Concorrência nº 002/2025 pela PAVSANTOS afirmando inexistir até a presente data fatos impeditivos</b>	<b>19/02/2026</b>
<b>HIATO entre a publicação oficial do ato pelo Município de Jataí e a declaração apresentada perante o Município de Ouvidor</b>	<b>6 meses e 15 dias</b>



A partir deste cotejo cronológico verifica-se que, no momento em que assinou a declaração nesta licitação — 19/02/2026 —, a Pavsantos já tinha **6 meses e 15 dias de prévia ciência inequívoca** sobre a existência de fatos relevantes aptos a impedir sua participação neste certame e, a despeito disto, **não comunicou o fato nos autos do procedimento licitatório em epígrafe conforme determina o item 19.5.1, alínea “b” do Edital:**

19.5.1. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:



- a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) PRÁTICA DE CARTEL: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

Neste ponto, destaca-se que no trecho final da declaração a empresa consignou textualmente o seguinte: **“...inexistindo até a presente data fatos impeditivos para sua habilitação ou que invalide a sua participação no presente certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.”**

Essa cláusula final constitui **confissão antecipada do dever jurídico de comunicação de fatos relevantes**. Se a Pavsantos estava ciente do dever de declarar ocorrências futuras, com muito mais razão deveria ter declarado a ocorrência pretérita e em curso desde agosto/2025, principalmente porque os fatos apurados em relação ao contrato celebrado com o Município de Jataí **influem inclusive e diretamente na qualificação econômico-financeira da licitante**, cujas demonstrações contábeis apresentadas neste certame revelam: (i) Prejuízo Líquido do Exercício 2024 de R\$ 3.796.653,38; (ii) queda da Receita Bruta de R\$ 31,6 M (2023) para R\$ 11,6 M (2024) — redução superior a 63%; (iii) elevação do grau de endividamento geral de 0,53 (2023) para 0,70 (2024).

Ademais, a Nota Explicativa da Diretoria (fl. 67) revela que 63,77% do Ativo Circulante refere-se a crédito da empresa contra seus próprios sócios — expurgada essa rubrica, o Índice de Liquidez Corrente da Pavsantos cai de 1,15 declarado para **aproximadamente 0,38**, patamar incompatível com a execução de obras públicas de

À luz do exposto, **requer seja decretada a inabilitação da Recorrida PAVSANTOS Construtora Ltda nos termos do artigo 64, §2º, da Lei nº 14.133/2021**, sem prejuízo da apuração da prática de infração administrativa na forma do item 19.1 do Edital.

### **3 – DOS PEDIDOS.**

Ante o exposto, **requer o recebimento do presente Recurso Administrativo com efeito suspensivo e seu integral provimento para que, reformadas as decisões recorridas:**

**3.1 – Seja inabilitada e desclassificada a Recorrida LD Engenharia e Locações LTDA nos termos do artigo 59, incisos I e III, §§3º e 4º, da Lei nº 14.133/2021**, com a consequente retomada do processo e convocação das demais licitantes na ordem de classificação.

**3.2 – Seja inabilitada a Recorrida LCM Construção e Comércio S/A a nos termos do artigo 59, incisos I e III, §§3º e 4º, da Lei nº 14.133/2021**, com a consequente retomada do processo e convocação das demais licitantes na ordem de classificação.

**3.3 – Seja inabilitada a Recorrida PAVSANTOS Construtora Ltda nos termos do artigo 64, §2º, da Lei nº 14.133/2021**, sem prejuízo da apuração da prática de infração administrativa na forma do item 19.1 do Edital.

Requer, por fim, a juntada da documentação comprobatória em anexo, a seguir discriminada:

**DOC. 1** — Cópia do Parecer Técnico de Propostas de 21/05/2026 (LD Engenharia), subscrito pelo Eng. Civil Omar Cardoso Rosa Filho;

**DOC. 2** — Cópia da Planilha Orçamentária REV 02 — SEM DESONERAÇÃO, edital de referência (CE 02/2025);

**DOC. 3** — Cópia integral do Diário Oficial do Município de Jataí/GO, Ano 13, Edição nº 2.976 Suplementar, com vigência em 04/08/2025;

**DOC. 4** — Cópia do preâmbulo das declarações da Pavsantos (fl. 03), com submissão expressa às penas da lei; VIDE HABILITAÇÃO PAVSANTOS

**DOC. 5** — Cópia das demonstrações contábeis 2024 da Pavsantos (fls. 60-63) e da Nota Explicativa da Diretoria. VIDE HABILITAÇÃO PAVSANTOS

Nestes termos, pede deferimento.

Ouvidor-GO, 27 de maio de 2026.

**AGR BOTELHO**  
ENGENHARIA LTDA

---

**AGR BOTELHO ENGENHARIA LTDA**

CNPJ 10.957.855/0001-69 — Participante nº 582

**RENATO DE SOUZA BOTELHO**

**REPRESENTANTE LEGAL**

**AGR BOTELHO ENGENHARIA LTDA**

CNPJ.: 10.957.855/0001-69

**Renato de Souza Botelho** – Sócio e Responsável Técnico – CREA-MG 16.2160/D

 Av. Barão Homem de Melo, nº 4282, 2º andar – sala 01, Estoril, BH/MG CEP 30494-270

 (31) 3058-1066 / (31) 99194-9002 / (31) 99194-6661

 [www.agrbotelho.com.br](http://www.agrbotelho.com.br)